



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

21/04/2018

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
1.3. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	3
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. DECISÕES.....	4 - 7
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	8
3.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	9
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. DECISÕES.....	10 - 11
4.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	12
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	13
5.2. CONVÊNIOS.....	14
5.3. DECISÕES.....	15 - 16
5.4. DESEMBARGADOR.....	17 - 18
5.5. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	19
5.6. JUÍZES.....	20 - 21
5.7. PRESIDÊNCIA.....	22
5.8. SERVIDOR PÚBLICO.....	23 - 24

Homenagem a Froz

Está confirmado para o próximo sábado, 28, às 19h, o lançamento do livro “Direitos Humanos e Execução Penal – estudos em homenagem ao Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho”, no Palacete Gentil Braga.

A obra, organizada por Márcio Aleandro Correia Teixeira, Ariston Chagas Júnior e Marcelo de Carvalho Lima, reúne artigos de profissionais da área do Direito e tem prefácio assinado pelo professor e acadêmico Agostinho Marques.

A ideia do livro, cuja data de lançamento remete às comemorações dos 100 anos de fundação do curso de Direito da UFMA, originou-se na experiência de trabalho de uma Unidade de Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, vinculada ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

ESTADO MAIOR

Na Justiça

Segue sendo resolvido na Justiça o destino da eleição para a Mesa Diretora da Câmara de São Luís.

Em decisão tomada na sexta-feira, 20, o juiz Marcelo Matos e Oka deferiu liminar do PTB e mandou que o presidente da Casa, Astro de Ogum (PR), marque imediatamente a eleição.

O comandante do Legislativo municipal havia publicado edital marcando o pleito apenas para o dia 8 de agosto.

Certidão Negativa Cível estadual está sendo emitida pela internet

O documento é emitido por meio do sistema Jurisconsult, do 1º e 2º Graus; iniciativa do Judiciário permite maior comodidade à população

Já está sendo emitida via internet, por meio do sistema Jurisconsult – no Portal do Poder Judiciário do Maranhão –, Certidão Negativa Cível de 1º e 2º Graus. Além dela, desde 2016, o jurisdicionado já podia emitir as certidões para fins eleitorais, improbidade administrativa e distribuição de ações penais.

A medida permite maior comodidade à população, que não precisa mais se deslocar aos fóruns ou ao Tribunal para a emissão de certidões negativas.

Todas as certidões são processadas, exclusivamente, a partir dos sistemas Themis PG, Themis SG, Projudi, VEP/CNJ e PJe, com base nos registros do banco de dados, não podendo ter seu conteúdo modificado pelos servidores responsáveis pelo processamento e liberação. As certidões de 1º Grau possuem validade de 60 dias; as de 2º Grau, 30 dias. A certificação das certidões emitidas via internet é feita pelo número da certidão e código de validação, que constam logo no cabeçalho do documento.

Procedimento

Para emissão do documento, o interessado deve acessar o link "Certidão Negativa", na área de Serviços da home do Portal do Judiciário, ou

"Certidão Estadual" no menu à esquerda do sistema Jurisconsult, no site do Tribunal de Justiça do Maranhão, e escolher a natureza da certidão dentre "Ações Penais", "Ações Cíveis", "Improbidade Administrativa" e "Fins Eleitorais".

Em seguida, basta o requerente informar o nome completo (sem abreviações), filiação e o número do CPF (no caso de pessoa física) do

onde o interessado deverá dirigir-se para regularização.

O sistema não emitirá certidões quando houver homônimos (nomes iguais) no banco de dados. Nos casos em que o pesquisado possua homônimo, as certidões serão solicitadas diretamente aos setores competentes.

Na impossibilidade de emissão de certidão relativa a feitos de 2º Grau, o solicitante deverá dirigir-se à Diretoria Judiciária do TJMA. Não conseguindo emitir certidão relativa a feitos de 1º Grau, ele deverá dirigir-se à unidade judicial (comarca) em que consta a possível homonímia.

A autenticidade das certidões pode ser verificada no Portal do Poder Judiciário, mediante preenchimento do número do documento, ficando disponível pela validade da certidão a partir da data de sua liberação. Ao término do prazo – 60 dias (1º Grau); 30 dias (2º Grau) –, as certidões perdem a validade, não permitindo ao usuário acesso aos seus respectivos registros de autenticidade.

As diretorias Judiciária e de Informática do TJMA fazem o gerenciamento das rotinas eletrônicas utilizadas para o processamento e liberação das certidões. ●

O sistema não emitirá quando houver homônimos

Autenticidade pode ser verificada no Portal do Judiciário

pesquisado. O documento pode ser emitido em quantas vias forem necessárias, evitando problemas como perda e rasura do documento.

Quando o nome pesquisado constar no banco de dados dos sistemas Themis PG, Themis SG, VEP/CNJ e PJe, será fornecido, de imediato, o resultado, contendo a identificação da parte e indicação da unidade jurisdicional (comarca),

Astro de Ogum desiste de eleição na Câmara

Em uma entrevista exclusiva a **O Imparcial**, Astro de Ogum, presidente da Câmara Municipal de São Luís, fala sobre eleições, apoio a Osmar Filho, concurso público, demissão, entre outros assuntos como o fato de ter boa relação com o prefeito Edivaldo Júnior e com o governador Flávio Dino, cujos astros de sua religião umbandista sinalizam para a reeleição em outubro. **POLÍTICA**



A eleição já está com edital publicado, deve acontecer na data que está marcada no edital, que é 8 de agosto



Acredito que de 500 a 600. Está exatamente nessa situação (de serem demitidos) que é lamentável

Entrevista// ASTRO DE OGUM

Com a palavra, Astro de Ogum

Em uma entrevista exclusiva com Astro de Ogum, presidente da Câmara Municipal de São Luís, fala sobre eleições, apoio a Osmar Filho, concurso público, demissão, entre outros assuntos

POR RAIMUNDO BORGES
DIRETOR DE REDAÇÃO

Entre incontáveis reuniões com vereadores sobre a polêmica da eleição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de São Luís, que se transformou numa guerra de liminares na Justiça, o presidente da Casa, Astro de Ogum, saiu de sua posição de arredo a entrevistas, no entanto, abriu uma exceção. Em sua casa, na Praia do Olho d'Água, ele conversou com **O Imparcial**, quando abordou diferentes assuntos.

Descartou ser candidato a um terceiro mandato na presidência e admitiu apoiar o vereador Osmar Filho, na eleição marcada para 8 de agosto. Gostaria de fazer o sucessor num pleito sem disputa. Falou de sua origem de menino órfão, que vendeu picolé para sobreviver, e que poderá ser candidato a prefeito de São Luís em 2020. Diz ter boa relação com o prefeito Edivaldo Júnior e com o governador Flávio Dino, cujos astros de sua religião umbandista sinalizam para a reeleição em outubro.

O maior problema da Câmara-



Divulgação



Essa confusão toda que surgiu aí é de grupos de vereadores e de partido. Eu só aguardo os acontecimentos. Gostaria muito que houvesse entendimento, que tudo voltasse à normalidade na Câmara, sem aresta, sem turbulência

ra hoje é cumprir a ordem judicial, que vem sendo protelada antes mesmo de ele chegar ao cargo, para demitir aproximadamente 600 funcionários contratados sem concurso. É que a Casa nunca realizou tal certame e ele acredita em fazê-lo até o fim do mandato. "Se não der para eu fazer, quem vier fará", arremata.

O Imparcial - Presidente, como e quando será realizada a eleição na Câmara de Vereadores de São Luís, diante dessa enorme confusão jurídica?

Astro de Ogum - A eleição já está com edital publicado, deve acontecer na data que está marcada no edital, que é 8 de agosto. As várias ações na Justiça, no entanto, transformaram praticamente a Câmara numa briga judiciária. Eu estou esperando que tudo se resolva, que os poderes sejam sempre harmônicos, porém independentes, obedecendo ao princípio da igualdade. A Câmara precisa é de trabalho em favor do povo e não de briga e mais confusões indevidas.

Por que essa polêmica toda em relação à nova eleição?

Confesso a você que nem eu mesmo sei. Na realidade, tem um candidato à presidência, que é o Osmar Filho. Não partindo dele, mas houve algumas ofensas inconcebíveis lá pela Câmara. Estão generalizando nessa questão que o PSL entrou na Justiça com ação para transferir a data da eleição, argumentando que havia inconstitucionalidade da emenda à Lei Orgânica que fixou a eleição para o mês de abril.

E por que essa emenda à Lei Orgânica da Câmara?

Isso aí me parece que o Isaías Pereirinha ainda estava na Presidência. Mas aí essa regra feriu a Lei Orgânica do Município, porque ela não cumpriu o interesse que deveria ser cumprido. Fizaram a primeira votação, a segunda discussão, segunda votação, redação final tudo no

mesmo dia, e não pode. O PSL entrou justamente para anular essa votação, e aí o candidato Osmar Filho e seu grupo entrou também com ação no Tribunal de Justiça. O desembargador Jamil Gedeon entendeu que estava correto e tornou a regra sem efeito. Outra liminar do desembargador José Jorge cassou a de Jamil. Voltou tudo ao zero, mas a data já tinha passado, 15 de abril. Tivemos que remarcar a eleição, e a Lei Orgânica diz que a data máxima é 8 de agosto.

O senhor é candidato a um novo mandato?

Olha, eu não sou candidato. Essa confusão toda que surgiu aí é de grupos de vereadores e de partido. Eu só aguardo os acontecimentos. Gostaria muito que houvesse entendimento, que tudo voltasse à normalidade na Câmara, sem aresta, sem turbulência. Foi assim que pautei tão logo que assumi a presidência.



Vai ter concurso, não tem jeito. Se não for feito por mim, vai ser feito por outro. Acredito que isso aí, um dia, vai acontecer

Qual a razão de o senhor não querer disputar um novo mandato já que tem forte liderança dentro da Casa Legislativa?

Esse pensamento havia em mim já desde quando eu fui candidato ao segundo mandato. É muito difícil administrar, ser gestor. Ser só vereador é uma coisa, agora quando você vai ser gestor, é muito conflitante. A maneira de desagradar todo mundo é você tentar agradar todo mun-

do. Então, é uma coisa difícil, e aí nós temos hoje, a lei está aí para ser cumprida. Nós temos um problema de demanda do Ministério Público mandando demitir funcionários contratados, exigindo concurso público dentro da Câmara, e por sinal nunca teve um concurso público em toda a história dela, e agora deve ter...

Quantos funcionários estão na condição de ser demitidos por ordem da Justiça?

Acredito que de 500 a 600. Está exatamente nessa situação que é lamentável, porque nós temos pessoas de 28, 29 anos de trabalho. Por exemplo, a copeira. Mas alegam que, após o concurso público, vai terceirizar e aproveitar esse pessoal. Mas a gente tem que ver o direito de trabalho de cada pessoa dessas. Se hoje qualquer pessoa que trabalha numa construção tem o seu direito reconhecido pelo Ministério do Trabalho, avalie quem está ali numa Câmara Municipal implantado há 29 anos, e sair sem levar nada, sem direito a nada.

O senhor pretende ainda marcar um concurso nesse período que sobra do mandato atual?

Estou chamado pela Promotoria Pública exatamente pra cumprir isso. Sentar e pautar o concurso até o término do meu mandato, ainda tenho oito meses, se Deus permitir, e a vontade de Deus tem que ser respeitada. Então, eu não sei. O certo é que existe realmente essa demanda da promotoria.

O senhor pretende fazer essa reunião e determinar o concurso para quando?

Ali não tem saída na Câmara. Vai ter concurso, não tem jeito. Se não for feito por mim, vai ser feito por outro. Acredito que isso aí, um dia vai acontecer. O grande problema é as demissões. Sem dúvida alguma. Só você desempregar uma pessoa, você já sente, aí você faz uma

avaliação de desempregar 600 pessoas.

Qual é o candidato que o senhor pretende apoiar?

Tem um grupo aqui, o grupo deles. Mas eu, pra mim, para acabar com isso, faria uma grande conjuntura e resolveria o problema. Eu fui eleito duas vezes por unanimidade, sem arestas, sem turbulências, e acho que é uma disputa desnecessária. Não vejo motivos para tanta confusão, sinceramente.

O senhor apoia Osmar Jr.?

Olha, eu não descarto a possibilidade de nada. Apesar de todas as confusões, eu não descarto.

A Câmara de Vereadores recebeu uma ordem para demolir uma parte do que foi um anexo do prédio central. O senhor vai cumprir?

Nós tivemos vários problemas de Câmara. E fizemos lá várias mudanças. A longo prazo a gente ainda tem planejamento de tanta coisa. Hoje temos um programa Câmara Destaca que todo mundo escuta, a popula-

ção hoje sabe o que passa na Câmara. O problema dos anexos é uma realidade, da demolição. O Juiz Ricardo Macieira determinou a demolição com um prazo de no máximo 60 dias, já correram 25. A gente está vendo o que vai fazer.

Mas o senhor tem tomado umas posições que dão a entender que não está muito satisfeito com a administração municipal, ou é impressão errada?

Eu acho o seguinte, Edvaldo assim que terminou a eleição deu uma ênfase sobre obras, e depois deu uma paralisada, porque se você for olhar hoje como está o Brasil, como está a situação brasileira, os estados, os municípios vivem uma crise profunda. O Rio de Janeiro, uma potência, mas está até sob intervenção. Outros estados também padecem da crise, com as finanças em falência. As capitais, então, como o recurso é menor, a gente não pode atirar pedra. Falta recurso. Agora mesmo tem um pedido de empréstimo, para socorrer as ruas após as chuvas. Todo inverno a chuva destrói várias partes da cidade. Fazer o quê?

O senhor é candidato a prefeito de São Luís em 2020?

Olha, não descarto. Mas tudo depende da conjuntura. A política tem uma dinâmica própria e não podemos atropelar os fatos.

(COLABOROU JULIANA RIBEIRO)



Ser só vereador é uma coisa, agora quando você vai ser gestor, é muito conflitante. A maneira de desagradar todo mundo é você tentar agradar todo mundo

Presidente da Seccional da OAB em Açailândia pede instalação de Vara da Fazenda no município

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, reuniu-se nessa quinta-feira (19) com o presidente da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Thiago Diaz, e a presidente da Subseção de Açailândia, Estela Marins Chaves Andrade. Na pauta da reunião, questões ligadas à tramitação de processos e instalação de novas unidades jurisdicionais em comarcas do interior do Estado.

A presidente da Subseção da OAB/MA em Açailândia, Estela Marins, falou da importância da instalação de Vara da Fazenda Pública na Comarca de Açailândia, tendo em vista que a demanda da 1ª Vara Cível é bem elevada, chegando a mais de oito mil processos, quando nas demais unidades a média é de 1.500 a 2 mil processos.

"Hoje, a 1ª Vara Cível acumula competências cível e de fazenda pública. Sei que não há estrutura física para essa

instalação, então requeremos uma reforma de ampliação do fórum ou a construção de um novo prédio do Judiciário para que seja possível a instalação da unidade", pleiteou a advogada.

O presidente do TJMA informou aos membros da OAB que a questão será cuidadosamente avaliada pelo Judiciário, que fará um levantamento na comarca para produzir um diagnóstico e adotar as medidas que garantam eficiência na prestação jurisdicional.

O desembargador afirmou que o mesmo procedimento será adotado na Comarca de Codó, onde segundo o presidente da Seccional da OAB, Thiago Diaz, estaria funcionando com apenas dois magistrados.

Estiveram presentes na reunião o vice-presidente da Escola Superior de Advocacia (ESA), Kaio Saraiva, e a presidente da Comissão de Políticas Criminal e Penitencial, Karolina Carvalho.

Prefeitura e Polícias dialogam sobre fiscalização de estabelecimentos noturnos

*Medida visa garantir a segurança pública e o
funcionamento correto de bares e casas de shows*

Edmara Silva



**Encontro aconteceu no Comando de Policiamento
de Área do Interior, no Santa Rita**

Na quinta-feira, 19, órgãos municipais estiveram reunidos com representantes das polícias Militar e Civil para tratar da segurança pública em Imperatriz e a fiscalização a estabelecimentos noturnos, como bares, casas de shows e eventos. Encontro aconteceu no Comando da Polícia Militar no Bairro Santa Rita. Na oportunidade, foram tratadas situações conflitantes no que tange à emissão de licenças e alvarás.

As secretarias de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Defesa Civil, Trânsito e Vigilância Sanitária dialogaram sobre ações que serão realizadas conjuntamente com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Ministério Público e Vara da Infância e Juventude.

O Coronel Brito Júnior, da Polícia Militar, explicou que a reunião e as ações têm como

foco a segurança pública e que foram motivadas por reclamações da população. "É um pedido da sociedade civil", explicou.

Para Fidélis Uchôa, secretário de Planejamento Urbano, esta será uma de muitas ações realizadas em parceria com estes órgãos. "É importante que cada órgão saiba sua atribuição no que tange à fiscalização. Nós da Seplu temos responsabilidade na fiscalização do uso e ocupação do solo, sobre o Código de Postura do Município e em algumas licenças".

O secretário ressaltou ainda que a Prefeitura dará todo o apoio necessário. "Esta é uma determinação do prefeito Assis Ramos, que estejamos sempre à disposição em ações que objetivam a melhoria da nossa cidade", acrescentou.

Astro de Ogum convoca eleição da Câmara Municipal para 8 de agosto.Pág-3

Astro de Ogum convoca eleição da Câmara Municipal para 8 de agosto



O presidente da Câmara Municipal de São Luis, Astro de Ogum (PR), lançou edital convocando eleição para a Mesa Diretora daquele poder para o próximo dia 8 de agosto. O pleito no Legislativo Municipal de São Luis está judicializado.

Quando terminou seu último mandato como presidente daquela Casa, o vereador Isaías Pereirinha (PSL), apresentou projeto extinguindo a reeleição para os membros da Mesa, dentro de uma mesma legislatura. Ocorre que, agora, o PSL entrou com ação judicial para revogar tal decisão, sob o argumento de que a matéria apre-

sentada por Pereirinha, na época foi aprovada de forma equivocada, pela falta de interstício entre primeira e segunda votação.

O PTB recorreu e o desembargador Jamil Gedeon manteve a proibição da reeleição, de forma monocrática e determinou que o presidente da Casa estabelecesse prazo para a eleição. Logo em seguida, o desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos concedeu decisão favorável à ação do PSL, mas o mesmo Jamil Gedeon casou a liminar do colega e o caso será decidido na próxima quarta-feira, (25), pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

Piso salarial no serviço público é debatido em painel na Câmara

Numa iniciativa do vereador Marcial Lima (PRTB), a Câmara Municipal de São Luís realizou, na manhã desta sexta-feira, (20), um painel com o tema "Piso salarial no serviço público". Ele explicou que adotou essa providência em razão da falta de incentivo existente entre as diversas categorias de servidores.

Outra justificativa para a promoção desse evento no seu entendimento é porque "a Câmara tem que se preocupar com esse assunto de grande importância e participar da frustração do servidor diante dessa questão". Continua ele dizendo que "no meu caso específico como vereador o que posso fazer é pronunciamento aqui na Câ-

mara, cobrar de secretário da pasta e ações correlatas".

Para ele, "a Câmara tem que está presente nesse caso, bem como nós temos de atentar que tem categoria profissional que não tem aumento de salário há muito tempo". Aproveitando, o vereador do PRTB cita ainda "o caso dos servidores municipais sem vínculo, esses são os mais prejudicados".

Marcial Lima enfatiza que "a prefeitura tem preservar quem trabalha, principalmente com um salário digno, já que o seu maior patrimônio é o servidor".

Fizeram uso da palavra defendendo o piso salarial de suas categorias a professora Esilabeth Castelo Branco, presidente do Sindeducação,

quando falou sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores, e a luta por defesa do salário do magistério.

Também marcou presença o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Douglas Cunha, que discorreu acerca das batalhas enfrentadas para que a classe receba o piso a que tem direito, "o que é uma grande luta". Outro que falou em nome da categoria foi o jornalista Djalma Rodrigues, que, entre seus comentários, afirmou só conhecer dois órgãos públicos que pagam piso para profissionais de comunicação, que são o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

No painel ainda estiveram presentes o presidente da Associação dos Profissio-

nais de Comunicação do Maranhão, Flávio Chocolate; o presidente do Sindicato dos Radialistas, Jota Kerly, a diretora do Sindicato dos Bancários Gerlane Pimente, representando o presidente da entidade; Senhor Índio, presidente do Sindleg e vice-presidente da ASSISMU, e o diretor do Sindicato dos Radialistas, José Santos.

Ao final do painel foi realizada uma reunião entre os presentes para elaborar um documento sobre o que foi debatido, bem como a abordagem das reivindicações apresentadas, entre outros assuntos. O documento será divulgado na próxima semana e encaminhado a quem for necessário dentro dos órgãos públicos a serem escolhidos.

Corregedoria avalia medidas de melhoria na comarca de Santa Helena

Nestas quarta (18) e quinta-feira (19), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, acompanhado da juíza auxiliar Kariny Reis e equipe de servidores, estiveram realizando visita estratégica para avaliar a situação da comarca de Santa Helena, com o objetivo de elaborar plano de ações que contribuam com o aumento da celeridade e redução do acervo de processos judiciais na comarca.

Santa Helena é a quinta comarca a receber as ações do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), da Corregedoria Geral da Justiça. O Programa objetiva identificar, nas comarcas com maiores dificuldades do Estado, os principais problemas que impactam na taxa de congestionamento, avaliando medidas imediatas e a médio prazo que possam agilizar o funcionamento e oferecer respostas mais rápidas aos processos.

Atualmente, tramitam na comarca de Santa Helena cerca de 10700 processos, registrando um crescimento de mais de sete mil ações nos últimos dez anos e uma demanda média de 145 novas ações ao mês. A comarca também atende ao termo judiciário de Turilândia e, juntos, os dois municípios têm uma população estimada em 67,5 mil habitantes. A comarca é de entrância intermediária, porém a segunda vara ainda não foi instalada.

Durante a visita, o corregedor-geral reuniu-se e conversou com a juíza titular, Cynara Elisa Gama Freire, com os servidores do fórum e com o defensor público da comarca, Pablo Diógenes Furtado, ressaltando a boa organização dos processos, padronização dos procedimentos e a adequada estrutura física da unidade, que já prevê a instalação da segunda vara.

A pedido da magistrada, o desembargador solicitou ao corregedor-geral do Ministério Público, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, a designação de um promotor de Justiça para atuar exclusivamente em Santa Helena, tendo em vista a alta demanda de audiências em processos criminais e outras que precisam da atuação do MP. O corregedor do MPMA informou que um promotor será designado nos próximos dias.

A juíza Cynara Elisa Gama ressaltou o comprometimento dos servidores da comarca e a boa estrutura física, de equipamentos e lógica, afirmando porém que a alta demanda processual - que inclui ações trabalhistas e previdências - e o crescimento do acervo apontam a necessidade de instalação da 2ª Vara. Em 2017, a juíza proferiu 1242 sentenças e realizou 1418 audiências.



Giro Econômico

Aquiles Emir

aquilesemir@uol.com.br | www.aquilesemir.com.br

Magistratura

Escola Superior da Magistratura (Esmam), órgão vinculado ao Tribunal de Justiça, firmou acordo de cooperação com a Fundação Universidade de Girona - Espanha (FudGIF), o Instituto de Direito e História (IDH) e a Cátedra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona para realização, em São Luís, de curso presencial de especialização em Garantismo e Processo Penal, com acesso ao mestrado internacional, destinado exclusivamente aos magistrados maranhenses.

Sai novo mandado de prisão contra Paulo Marinho

PÁG. 2 [C1]

Sai novo mandado de prisão contra Paulo Marinho

O juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Caxias, Antônio Manoel Araújo Velôzo, expediu um novo mandado de prisão, com validade de um ano, contra o ex-prefeito de Caxias, Paulo Marinho, por falta de pagamento de pensão alimentícia.

Na sentença, o juiz Antônio Manoel Velôzo, invocando os autos da ação de execução de alimentos requerida por Paula Noelly Mota da Silva Marinho, determina ainda, caso o executado efetue o pagamento do saldo devedor de R\$ 30.642,28, ou cessado o prazo da prisão civil de alimentos, deverá ser posto imediatamente em liberdade.

Em outubro do ano passado, Paulo Marinho foi preso na cidade de Caxias, devido ao não pagamento de valores referentes à pensão alimentícia de um dos filhos, Caio Felipe Corrêa Marinho. Na época, a defesa contestou a prisão e alegou que houve constrangimento ilegal, porque não teriam sido adotadas, no ato da prisão, as formalidades exigidas na lei, como apresentação do mandado de prisão.

Mas o relator do habeas corpus, no Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Ricardo Duailibe, indeferiu o pedido por entender não ter competência para revisar decisão do juízo de outra localidade. Por falta de cela adequada, ele concedeu prisão domiciliar. Ainda assim, Paulo Marinho passou uma breve temporada no Complexo Penitenciário, em Pedrinhas, na capital. Depois, a defesa dele pediu e conseguiu autorizar a transferência do ex-prefeito para a cidade de Caxias. Por ordem da Justiça, a transferência não foi feita em veículo destinado a transporte de presos comuns, como camburão, para evitar exposição desnecessária. No entanto, ele teve de ser monitorado por tornozeleira eletrônica. Em 2005, Paulo Marinho teve a prisão efetuada em cumprimento ao mandado expedido pela 4ª Vara da Família de Brasília, pelo mesmo motivo. No mês de julho de 2017, o também ex-deputado agrediu uma equipe de reportagem da TV Sinal Verde, afiliada à TV Difusora, enquanto realizava apuração de uma denúncia num terreno de sua propriedade.

Desembargador nega habeas corpus ao delegado Bardal

PÁG. 4 [C1]

Desembargador José Jorge Figueiredo nega habeas corpus ao delegado Tiago Bardal

O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negou habeas corpus, com pedido de Tutela da Evidência, impetrado em favor de Tiago Bardal, contra ato do juiz da 3ª Vara Criminal da Capital, José Gonçalo de Sousa Filho, que decretou a prisão preventiva do delegado por entender que em liberdade ele poderia perturbar a ordem e segurança pública com a intimidação de testemunhas, destruição de provas e embaraços ao regular seguimento do processo.

No pedido de habeas corpus, a defesa de Bardal alegou que a prisão preventiva se deu em razão de um fato ocorrido há mais de um ano, sendo antigo para justificar o decreto de prisão. Alegou que o delito de prevaricação é insuscetível de preventiva, sendo este inferior a quatro anos, e que o receio de reiteração do crime de peculato é anulado com o afastamento da função. Sustentou também que o impetrado é absolutamente incompetente e que os crimes imputados têm conexão probatória com outros a cargo da Justiça Federal. Apontou que a preventiva é excessiva, pois a soma das penas mínimas cominadas aos crimes (prevaricação e peculato) não ultrapassa os três anos, a ensejar a substituição da pena corporal por restritiva de direito. Assevera que a dosimetria virtual das penas



DIVULGAÇÃO

O desembargador José Jorge afirmou que não identificou qualquer ilegalidade na prisão cautelar

a serem impostas revela que o regime inicial seria semiaberto e que existe interesse afetivo dos menores filhos do delegado, que estaria custodiado em local e condições inadequadas. Os argumentos da defesa não convenceram o desembargador José Jorge Figueiredo, que em uma leitura minuciosa da documentação sobre a participação do delegado em associação criminosa, observou que o Juízo da 1ª Vara Criminal da Capital declinou da competência para a Justiça Federal, tendo a 1ª Vara Federal, no dia 2 deste mês, decidido pela manutenção da prisão preventiva do delegado, por entender subsistir os motivos que ensejaram sua decretação.

Ao analisar a decisão que decretou a prisão preventiva, o desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos verificou que a mesma atende todos os requisitos especificados em lei, encontrando-se devidamente fundamentada, levando em consideração prova da existência do crime e indícios de autoria, não restando dúvida ao juiz de base de que em liberdade, o delegado poderia perturbar a ordem e a segurança pública com a intimidação de testemunhas, destruição de provas e embaraços ao regular seguimento do processo.

No entendimento do desembargador, o decreto de prisão preventiva do delegado se revestiu das formalidades

legais, razão pela qual inexistente o alegado constrangimento ilegal que leve à revogação da prisão preventiva decretada, restando também afastada a possibilidade de aplicação de medida cautelar menos gravosa.

Para o magistrado, a estreita via do habeas corpus não é adequada para dirimir questão de incompetência do Juízo estadual, por demandar análise mais aprofundada das provas e de todas as circunstâncias fáticas expostas na denúncia. Em relação à afirmação de que existe interesse afetivo dos menores filhos do delegado, o desembargador enfatizou que a defesa não comprovou que o delegado é imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos de idade ou com deficiência, nem que é o único responsável pelos cuidados dos filhos menores de doze anos, argumentando apenas a questão afetiva com base na Regra de Bangkok, o que se mostra insuficiente, tendo em vista que o princípio básico da referida regra é a necessidade de considerar as distintas necessidades das mulheres presas, o que não é o caso do delegado Tiago Bardal. O desembargador José Jorge afirmou não ter identificado qualquer ilegalidade na prisão cautelar que ampare o pedido de habeas corpus, mantendo, assim, a decisão que decretou a custódia preventiva do delegado Tiago Bardal.

Fórum inicia coleta seletiva de resíduos

Nesta semana, o Fórum Desembargador Sarney Costa passou a realizar a coleta seletiva de resíduos sólidos, para que tenham uma destinação adequada e não sejam descartados no meio ambiente. A instalação das coletoras seletivas faz parte das ações desenvolvidas pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e tem como objetivo recolher resíduos de papel, metal, plástico, vidro, pilhas, baterias, remédios vencidos, escovas de dente usadas e esponjas de louça usadas. As coletoras seletivas estão localizadas no hall do Fórum e identificadas por cores específicas que indicam o tipo de resíduos a ser depositado em cada uma delas. Os materiais coletados separadamente são destinados à COPRESL (Cooperativa de São Luís) por meio de um convênio com o TJMA. Segundo dados do Relatório do Núcleo Socioambiental do TJMA, ano 2017, a destinação ambientalmente correta dos resíduos beneficiou 14 catadores e suas famílias, que melhoraram a renda mensal de R\$ 100,00 para mais de R\$ 1000,00 aproximadamente.

**JUIZ DETERMINA QUE ELEIÇÃO NA CÂMARA DE
SÃO LUÍS DEVERÁ SER NAS PRÓXIMAS 48 HORAS**

..... PÁG. 3 [C1]

Juiz determina que eleição na Câmara de São Luís deverá ser nas próximas 48 horas

O juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, Marcelo Elias Matos e Oka, tornou sem efeito, nesta sexta-feira (20), o edital assinado pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, Astro de Ogum (PR), determinando o próximo dia 8 de agosto como data para realização da eleição da nova Mesa Diretora.

Ao proferir a decisão, o juiz Marcelo Elias acatou mandado de segurança impetrado pelo vereador Nato Júnior (PP), que pede a publicação de um novo edital no prazo máximo de 24 horas, para que a eleição seja realizada no prazo de 48 horas. No mandado de segurança, o vereador Nato Júnior argumenta que Astro de Ogum violou a Lei Orgânica do Município de São Luís, pois o prazo para a eleição da nova Mesa Diretora da Câmara expirou no domingo passado (dia 15 de abril).

Em seu despacho, o juiz Marcelo Elias acata o mandado de segurança, suspendendo a eficácia do edital de convocação para a eleição da nova Mesa Diretora, lançado por Astro de Ogum na quinta-feira (19). Além disso, o magistrado determina que o presidente da Câmara publique novo edital no prazo de 24 horas, para que a eleição da nova Mesa Diretora seja realizada na primeira sessão ordinária ou no prazo máximo de cinco dias.

O juiz determina que, em caso de descumprimento desta decisão, fica autorizado o primeiro Vice-Presidente da Câmara a cumprir a determinação judicial, com a publicação do edital. E, caso este também não o faça, tal incumbência passará para o segundo Vice-presidente, caso este também não o faça o Terceiro Vice-Presidente, os

demaís membros da mesa pela ordem de sucessão, um após a omissão do outro, destacando-se a responsabilidade pelo crime de desobediência, bem ainda ato de improbidade administrativa decorrente pelo descumprimento. Além disso, o magistrado aplica multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), limitado à R\$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), a ser suportada pelo patrimônio pessoal do impetrado, ou seja, pelo presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís, vereador Generval Martiniano Moreira Leite (Astro de Ogum).

“Justifica-se essa medida porque, caso Sua Excelência não cumpra o mandamento judicial, não é razoável que o Município seja penalizado. Tal como não se pode fazer cortesia com chapéu alheio, deve-se combater que ilegalidades sejam

praticadas e que, em última análise, a sociedade arque com as consequências”, diz o magistrado. E ele acrescenta: “Justifico o elevado valor da multa em razão de sua finalidade inibitória e coercitiva, consoante entendimento do STJ, bem como levando em consideração a relevância do cargo em disputa, Chefe do Poder Legislativo do Município de São Luís. Com efeito, em havendo cumprimento da decisão judicial, não há que se falar em multa diária. Tudo sem prejuízo de aplicação das penalidades legais aplicáveis ao caso. Sem prejuízo da multa ora fixada e da responsabilização criminal pelo crime de desobediência, em caso de eventual descumprimento, registro que esta decisão vale também como mandado de condução à Delegacia de Polícia”.

Presidente do TJMA recebe membros do movimento "Maranhão contra a Corrupção"

Integrantes do movimento jurídico "Maranhão contra a Corrupção" fizeram uma visita institucional, ontem (20), ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, com o objetivo de pedir o apoio do Tribunal e a sua presença no seminário do movimento, que será realizado 21 de maio, no auditório Madalena Serejo, do Fórum de São Luís. Segundo o juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, este é o terceiro ano consecutivo da realização do seminário e do mutirão, que têm a participação de juízes, promotores, membros do Tribunal de Contas, delegados

de polícia, advogados, estudantes, entre demais profissionais engajados no combate à corrupção.

De acordo com o magistrado, o mais importante é que o movimento tem conseguido prevenir a corrupção. "A corrupção ocorre em políticas públicas, desvio de recursos públicos que são fundamentais para a promoção dos direitos humanos, que são o direito à saúde, educação, lazer, serviços sociais que os municípios precisam fornecer. Quando os recursos são desviados, temos violações dos direitos humanos. Esse movimento é uma forma de prevenção", disse Douglas Martins.

DIVULGAÇÃO



Grupo do movimento Maranhão Contra a Corrupção se reúne com o presidente do TJMA

TJMA realiza pagamento de servidores hoje

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, determinou a realização dos salários do mês de abril dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão para este sábado (21). Os recursos estarão

disponíveis nas contas logo pela manhã.

O calendário do pagamento de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão para o ano de 2018 foi definido em Portaria assinada pelo presidente do TJMA.

Piso salarial no serviço público é debatido em painel na Câmara

Numa iniciativa do vereador Marcial Lima (PRTB), a Câmara Municipal de São Luís realizou, ontem (20), um painel com o tema "Piso salarial no serviço público". Ele explicou que adotou essa providência em razão da falta de incentivo existente entre as diversas categorias de servidores.

"A Câmara tem que se preocupar com esse assunto de grande importância", disse o parlamentar. Para ele, "a Câmara tem que estar presente nesse caso, bem como temos que atentar que tem categoria profissional que não tem aumento de salário há muito tempo". Ele disse ainda que os servidores municipais sem vínculo são os mais prejudicados.

Marcial Lima enfatizou que a prefeitura tem preservar quem trabalha com um salário digno. Marcou presença o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Douglas Cunha, que discorreu acerca das batalhas enfrentadas para que a classe receba o piso a que tem direito. Por sua vez, o jornalista Djalma Rodrigues afirmou só conhecer dois órgãos públicos que pagam piso para profissionais de comunicação: Tribunal de Justiça e Ministério Público. Ao final do painel foi realizada uma reunião com o objetivo de elaborar um documento sobre o que foi debatido, bem como a abordagem das reivindicações apresentadas. O documento será divulgado na próxima semana.
